



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
SECRETARIA DE DIREITOS HUMANOS
CONSELHO NACIONAL DOS DIREITOS DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

77ª REUNIÃO ORDINÁRIA

15 DE DEZEMBRO DE 2011

ATA

1 Ao décimo quinto dia do mês de dezembro de dois mil e onze, no Auditório do Edifício
2 Sede da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, em Brasília,
3 Distrito Federal, reuniu-se o Conselho Nacional dos Direitos da Pessoa com
4 Deficiência/CONADE, para sua 77ª Reunião Ordinária, sob a Presidência do Sr. Moisés
5 Bauer Luiz. **Estiveram Presentes os Conselheiros Governamentais Titulares:** Sra.
6 Milena Souto Maior de Medeiros – Representante Titular da Casa Civil da Presidência
7 da República; Sr. Marcos Cordeiro de Souza Bandeira, Representante do Ministério
8 dos Transportes/MT; Sra. Maria das Graças Fontes – Representante Titular do
9 Ministério do Turismo; Sra. Vera Mendes, representante do Ministério da Saúde; Sra
10 Laissa da Costa Ferreira, Coordenadora-Geral do CONADE; Sr. Antônio José do
11 Nascimento Ferreira, Representante da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência
12 da República; Sr. Evangel Vale dos Santos Júnior, Representante dos Conselhos
13 Estaduais; Sr. Ricardo de Oliveira Pedroso, Representante dos Conselhos Municipais;
14 Sra. Elyria Bonetti Yoshida Credidio, Representante do Ministério do Desenvolvimento
15 Social e Combate à Fome/MDS; **Os Conselheiros Governamentais Suplentes:** Sr.
16 Raimundo Nonato Lopes de Souza. Representante Suplente do Ministério da
17 Previdência Social; Sra. Ana Lúcia da Silva – Representante Suplente da Secretaria de
18 Direitos Humanos Presidência da República; Sra. Miriam Wimmer, Representante do
19 Ministério das Comunicações; Sra. Ana Lúcia da Silva, Representante da Secretaria de
20 Direitos Humanos da Presidência da República. **Os Conselheiros Não-**
21 **Governamentais Titulares:** Sr. Roberto Paulo do Vale Tiné, Representante da
22 Associação de Pais, Amigos e Pessoas com Deficiência de Funcionários do Banco do
23 Brasil e da Comunidade; Sr. José Antônio Ferreira Freire, Representante da
24 Confederação Brasileira de Desporto de Deficientes Visuais; Sr. Janilton Fernandes
25 Lima, Representante da Confederação Nacional do Comércio/CNC; Sr. Isaías Dias,

26 Representante da Central Única dos Trabalhadores; Sr. José Alcides Marton da Silva,
27 Representante da União Brasileira dos Serviços de Referência em Triagem Neonatal
28 Credenciados/UNISERT; Sr. Joaquim Santana Neto, Representante da Ordem dos
29 Advogados do Brasil/OAB; Sr. Adnilson Marins dos Santos, Representante da
30 Federação Nacional das APAEs/FENAPAE; Sra. Ester Alves Pacheco Henriques,
31 Representante da Federação Nacional das Sociedades Pestalozzi/FENASP; Sra. Nadja
32 Glheuca da Silva Dutra – Representante Titular da Conselho Federal de Engenharia,
33 Arquitetura e Agronomia/CONFEA Sr. Domingos João Montagna, Representante da
34 Federação das Fraternidades Cristãs de Doentes e Deficientes do Brasil/FCD/BR;
35 Rosangela da Silva Santos, Representante da Federação das Associações de Renais e
36 Transplantados do Brasil/FARBRA; Sr. José Carlos de Oliveira, Representante da
37 Federação Nacional de Educação Integração de Surdos/FENEIS; Sr. Márcio Castro
38 Aguiar, Representante da Associação Brasileira de Rúgbi em Cadeiras de Rodas; **Os**
39 **Conselheiros Não-Governamentais Suplentes:** Sra. Edna Aparecida dos Santos –
40 Representante Suplente da Federação das Associações de Renais e Transplantados
41 do Brasil/FARBRA; Sra. Glauciane Costa Santana, Representante da Federação
42 Brasileira das Associações de Síndrome de Down/FBASD; Raimundo José Rodrigues
43 Monteiro, Representante da Federação das Fraternidades Cristãs com Deficiência do
44 Brasil/FCD/BR; Sra. Maria do Carmo Tourinho Ribeiro, Representante da Associação
45 Brasileira de Autismo/ABRA. **Convidados e Observadores:** Sra. Melissa Bahia,
46 Representante do Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência do
47 Estado da Bahia; Sr. Laércio Ventura – Ex-Conselheiro do CONADE e Presidente do
48 Conselho Estadual dos Direitos da Pessoa com Deficiência/SC; Sr. Fabio Balestro
49 Floriano, Diretor do Departamento de Assuntos Internacional da SDH; Sr. Mizael
50 Conrado de Oliveira, Suplente da Organização Nacional de Cegos do Brasil/ONCB e
51 Vice-Presidente do Comitê Paraolímpico Brasileiro; Sr. Hugo Nister, Apoio
52 Administrativo do CONADE; Sr. Jorge Amaro, Vice-Presidente do Conselho
53 Estadual/RS; Sr. Luciano Ambrósio, Gabinete do Senador Paulo Paim; Sr. Laudemar
54 Aguiar, Secretário Nacional do Comitê Rio+20; João André Rocha, Coordenador pela
55 Sociedade Civil da Rio + 20. **Pauta:** 1) Abertura – Presidente do CONADE; 2)
56 Aprovação da Proposta de Pauta da 77ª Reunião Ordinária; 3) Informes da Presidência
57 Ampliada; 4) Calendário de reuniões 2012; 5) Avaliação do Plano Viver Sem Limite; 6)
58 Informes da Comissão de Atos Normativos; 7) Apresentação do mecanismo de Revisão
59 Periódica Universal – assessoria internacional; 8) Comitê Paraolímpico; 9) Informes da
60 Comissão de Comunicação Social; 10) Informe da Comissão de Articulação de

61 Conselhos; 11) Informes da Comissão de Políticas Públicas; 12) Informes da Comissão
62 de Orçamento e Finanças; 13) Rio + 20; 14) Informes dos Conselheiros sobre a
63 participação em eventos externos.

64

65 **DIA 15 DE DEZEMBRO DE 2011**

66 **Abertura e Aprovação da Proposta de Pauta da 77ª Reunião Ordinária.** Verificado o
67 quórum por meio de chamada oral, o Presidente Moisés Bauer Luiz iniciou a reunião
68 cumprimentando e agradecendo a presença de todos. E, de imediato, passou à
69 aprovação da proposta de pauta da 77ª Reunião Ordinária do CONADE proposta pela
70 Presidência Ampliada. Não havendo contradições ou observações sobre a proposta de
71 pauta a mesma foi aprovada. **1. Informes da Presidência Ampliada.** O presidente
72 Moisés Bauer Luiz iniciou lamentando a não transmissão via internet daquela reunião
73 Plenária. Iniciou informando que faria breve relato sobre três ofícios recebidos pelo
74 CONADE. Ofício 8.130/2011 e ofício 368/2011 da Procuradoria Geral do Estado do
75 Paraná e da Procuradoria Geral da Bahia, respectivamente, ambos informando o
76 Conselho sobre instauração de inquérito verificando condições de acessibilidade para o
77 processo eleitoral de 2012 nos referidos Estados. Ofício correspondência da empresa
78 de telefonia Telefônica versando sobre o Decreto 7.512/2011, informando sobre a
79 questão dos terminais de telefone adaptados e disposição da empresa para
80 esclarecimento de qualquer dúvida. Repassou à Plenária os telefones disponibilizados
81 pela empresa para solicitação de terminais adaptados. O conselheiro Ricardo de
82 Oliveira Pedroso solicitou encaminhamento de ofício do CONADE solicitando a troca de
83 orelhões por cabines telefônicas e verificação do conceito da empresa sobre terminal
84 adaptado. O presidente ressaltou que valia fazer a sugestão pelo telefone 0800 da
85 empresa solicitando também esclarecimento sobre o conceito de terminal adaptado
86 que a empresa possuía. Em seguida o presidente informou sobre a Minuta de Decreto
87 de Estruturação, Funcionamento e competências do CONADE. A minuta não seria
88 colocada em votação, porém já havia sido enviada aos conselheiros, apenas para
89 conhecimento, no entanto voltaria à Pauta para deliberação na primeira Reunião
90 Ordinária do ano de 2012, provavelmente no mês de fevereiro. Informou ainda que o
91 conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné, juntamente com a Comissão de Comunicação
92 Social/CCS e com a Coordenadora-Geral do CONADE, Sra. Laíssa, elaboraram um
93 texto partindo da redação original do Regimento Interno do Conselho, que versava
94 sobre o funcionamento, estrutura e competências do CONADE, apontando e

95 identificando as alterações propostas e inserindo alguma justificativa para essas
96 alterações. O Conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné fez a leitura da proposta Análise
97 da Minuta de Decreto de Regulamentação da Criação Do CONADE. Após leitura e
98 devido o número de conselheiros inscritos para falar sobre o documento, sugeriu que
99 não entrassem no conteúdo já que aquela era uma minuta apenas para conhecimento,
100 que teriam tempo suficiente até a primeira plenária de 2012 para fazer sugestões a
101 respeito do conteúdo da Minuta, além disso, a Plenária de deliberações da Minuta teria
102 um dia a mais, resolução também da Presidência Ampliada. Palavras reiteradas pelo
103 conselheiro Adnilson Marins dos Santos. O conselheiro Ricardo de Oliveira Pedroso
104 ponderou que melhor seria que entrassem na pauta. A conselheira Milena Souto Maior
105 de Medeiros registrou que a minuta apresentada não era a minuta fechada no GT,
106 alguns pontos foram alterados pela Presidência Ampliada em relação à proposta
107 original. Lembrou ainda que o Grupo de Trabalho que elaborou a Minuta original
108 inclusive contou com a participação da Subchefia de Assuntos Jurídicos da Casa Civil
109 que avaliaria o texto quando o mesmo fosse passado para a avaliação e decisão da
110 Presidência da República. O conselheiro Joaquim Santana Neto reiterou. O conselheiro
111 Isaias Dias ressaltou que levaria a proposta à Central Única dos Trabalhadores/CUT,
112 mas qualificou a proposta como retrógrada. O conselheiro Márcio Castro Aguiar
113 ponderou que era preciso levar a propostas à base, registrou preocupações sobre a
114 proposta. O conselheiro Marcos Cordeiro Bandeira elogiou a elaboração do
115 documento. Sugeriu que na próxima reunião do CONADE houvesse contratação de
116 uma consultoria jurídica para ajudar na construção final da Minuta. O conselheiro
117 Raimundo José Rodrigues Monteiro solicitou envio além daquele documento o
118 produzido pelo Grupo de Trabalho. O conselheiro Antônio José Ferreira do Nascimento
119 destacou que aquele era um momento importante na história do CONADE. Ponderou
120 que faltaram informes Acerca dos estudos a respeito do Fundo, pois acreditava que
121 essa era a questão que estava mais proeminente no momento que se discutia a
122 reformulação. Ponderou que o documento trazia composição de três representações
123 por segmento e questionou se teriam em todos os segmentos três entidades nacionais
124 de fato representativas. Solicitou que refletissem que talvez o CONADE estaria
125 caminhando para um momento de internalização, e que teriam tempo para reflexão até
126 a primeira Plenária de 2012. Questionou a forma de representação apresentada na
127 Minuta. O conselheiro Ricardo de Oliveira Pedroso destacou que seria importante um
128 estudo da possibilidade de aumentar um pouco mais a quantidade de representação
129 dentro do CONADE com relação aos assentos. A conselheira Elyria Bonetti Yoshida

130 Credidio esclareceu que o Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à
131 Fome/MDS recebeu convite do GT que elaborou a primeira proposta de Minuta,
132 justificou que por questões de ordem técnica o MDS não pode comparecer, portanto
133 não teve acesso ao resultado das discussões do Grupo de Trabalho. A conselheira
134 Maria do Carmo Tourinho Ribeiro ressaltou não concordar com a forma proposta de
135 representação na Minuta, pois não contemplava as entidades estaduais, as bases, e
136 que as formas de deficiência não eram classificadas no documento. Destacou que, por
137 exemplo, não saberia onde estariam contempladas as vagas para entidades cuja
138 temática tratava do autismo. O presidente ponderou que não responderia, naquele
139 momento, os questionamentos, apesar de ter resposta aos questionamentos da
140 conselheira, pois o acordado em Plenária não seria pautar discussões sobre o
141 conteúdo da Minuta, que todos os questionamentos seriam sanados e debatidos,
142 quando da aprovação na primeira reunião Plenária de 2012, que inclusive, por conta da
143 Minuta teria um dia a mais de reunião Plenária. Além disso, reiterou estar acatada
144 solicitação de envio das discussões também do grupo de trabalho, além do documento
145 produzido pela Presidência Ampliada. **Calendário de Reuniões Ordinária do**
146 **CONADE no ano de 2012.** O presidente informou que a Presidência Ampliada fez
147 discussões a respeito da questão e propunha realizar as reuniões sempre na segunda
148 semana do mês, às quartas, quintas e sextas feiras. O conselheiro Roberto Paulo do
149 Vale Tine fez a leitura da proposta de calendário. O conselheiro Márcio Castro Aguiar
150 ponderou que as reuniões de abril batiam com as datas de realização da REATEC,
151 sugeriu que deixassem o mês de abril em aberto, ou que fizessem excepcionalmente
152 dias 09, 10 e 11, segunda, terça e quarta feira. O presidente ponderou que a semana
153 sugerida pelo Conselheiro Márcio Aguiar coincidia com a Páscoa, sugeriu assim, dias
154 18, 19 e 20 de abril, segunda, terça e quarta excepcionalmente. Com isto as datas de
155 abril foram alteradas para 18, 19 e 20. O conselheiro José Alcides Marton da Silva
156 destacou que seria importante marcar a data da conferência. Em seguida foi informado
157 que já estava marcada. O conselheiro Evangel Vale dos Santos Junior ponderou que
158 as reuniões de novembro deveriam ser marcadas em datas próximas à Conferência. O
159 Presidente concordou, até porque a reunião de novembro seria uma extraordinária, não
160 precisaria necessariamente estar marcada. Sugeriu que poderiam confirmar a data da
161 Reunião Ordinária do mês de outubro. O calendário de reuniões de 2012 foi aprovado
162 da seguinte maneira: fevereiro dias 07, 08 e 09; abril 18, 19 e 20; junho 13, 14, 15;
163 agosto 08, 09 e 10; outubro 17, 18 e 19; novembro reunião extraordinária, datas em
164 aberto, conformação na Reunião Ordinária do mês de outubro. **Avaliação do Plano**

165 **Viver Sem Limites.** O conselheiro Antônio José do Nascimento Ferreira, presidente
166 em exercício, abriu as discussões. O conselheiro José Alcides Marton da Silva
167 questionou o que seria discutido, conteúdo, objetivos e se o conselho tinha poder de
168 mudar o que estava proposto, visto que já era um plano lançado e assinado. O
169 conselheiro Evangel Vale dos Santos Junior propôs que a avaliação do Plano fosse no
170 sentido de dar opiniões, fazer críticas e observações. Que a plenária fosse mais
171 propositiva no sentido de oferecer propostas que pudessem complementar o Plano. O
172 conselheiro Joaquim Santana Neto reiterou os questionamentos do conselheiro José
173 Alcides Marton da Silva, lembrando que já tinha feito a mesma proposta na Reunião da
174 Presidência Ampliada. Questionou se teriam oportunidade de dar contribuição no Plano
175 que até já havia sido lançado. Palavras reiteradas pelo conselheiro Raimundo Nonato
176 de Souza, que destacou que ao CONADE cabia a partir daquele momento apenas o
177 monitoramento do Plano. O conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné ponderou que era
178 importante discutir o monitoramento e pautar discussões de como se daria o
179 envolvimento de Conselhos Estaduais e Municipais na adesão ao Plano Viver Sem
180 Limites. O Presidente, Moisés Luiz Bauer ressaltou que percebia que não era a
181 primeira vez que ocorriam ações desenvolvidas por Ministérios em favor da pessoa
182 com deficiência, que não passavam antes por um debate ou uma aprovação pelo
183 CONADE. O conselheiro Raimundo José R. Monteiro ressaltou que eram 35 anos de
184 espera, era algo novo, mas também algo que causou provocação. O CONADE
185 precisava ser avisado e teria que dar satisfação para que fosse possível informar as
186 bases. O conselheiro Ricardo de Oliveira Pedroso criticou que não recebera material
187 detalhado do Plano na íntegra como deliberado em reunião anterior. Solicitou o
188 documento e sugeriu pautar discussões na próxima reunião. O conselheiro Janilton
189 Fernandes Lima, a fim de reiterar, ilustrar e corroborar as colocações do Presidente,
190 Moisés Luiz Bauer, leu os artigos 9º e 10º da Lei 3.298, concernentes ao tema em
191 discussão. O conselheiro Márcio Castro Aguiar colocou que o Plano causou frisson, era
192 um plano expressivo nunca antes visto no país para a pessoa com deficiência, com
193 ações concretas, com recursos direcionados, porém faltou diálogo na sua construção.
194 Era preciso que aquela política atingisse a ponta. Propôs criação no âmbito do
195 CONADE, em consonância com o Governo, de uma Comissão de Acompanhamento e
196 Articulação do Plano. O conselheiro Isaías Dias enfatizou que o Plano foi elaborado
197 através de Decreto Presidencial, portanto não era uma lei, por isso não poderiam dar
198 como lei terminada e nada impedia que pudessem propor alterações e inclusões.
199 Propôs pautar o Plano com mais tempo, e a criação de uma Comissão Paritária que

200 pudesse discutir os Decretos e negociar as alterações não contempladas. O
201 conselheiro Evangel Vale dos Santos Junior também propôs a criação de uma
202 Comissão, mas não uma Comissão que discutisse, mas que buscasse tudo o que foi
203 apresentado de proposta no CONADE antes do lançamento do Plano e fosse
204 comparado com o Plano apresentado. O conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné
205 ponderou que não seria necessário a criação de uma Comissão para acompanhar o
206 Plano, as próprias comissões do CONADE poderiam pautar as discussões, porém sem
207 perder o foco da questão. A conselheira Milena Souto Maior de Medeiros ponderou que
208 o plano apresentado não era um plano acabado, e o plano apresentado abarcava
209 apenas ações que poderiam efetivamente ser implementadas a curto prazo e cabia ao
210 CONADE atentar para contribuições e sugestões de ações a médio e longo prazo, pois
211 isso seria facilmente contemplado durante o andamento do Plano. O conselheiro
212 Marcos Cordeiro Bandeira lembrou que planos de Governo eram elaborados com base
213 em instrumentos legais, que poderia sofrer acréscimos e até mesmo alterações. A
214 conselheira Elyria Bonetti Yoshida Credidio destacou que o que era mais importante
215 era a questão da importância do plano, da oportunidade de discuti-lo e principalmente
216 suas ações voltadas à pessoa com deficiência. Reforçou que não era um Plano
217 fechado ainda e reiterou que poderia sofrer alterações. Com relação ao
218 acompanhamento e monitoramento do Plano pelo CONADE, sugeriu que a Comissão
219 de Políticas Públicas fosse delegada a realiza-los. O presidente Moises Bauer Luiz
220 ponderou que reconhecia e elogiava o plano, porém questionava o fluxo e a não
221 observância de algumas ações do Decreto 3.298. O conselheiro Antônio José do
222 Nascimento Ferreira lembrou que quem estava na Reunião Extraordinária convocada
223 para a apreciação do Plano percebeu um desejo que pudessem sair dali com propostas
224 e encaminhamentos. Destacou que era o maior plano em quantidades de ações,
225 recursos e melhoria da vida das pessoas com deficiência. Recordou que quando da
226 apresentação primeira do plano foi mencionado que o mesmo não era algo fechado e o
227 papel do CONADE era de contribuição, cooperação e proposição, porém no governo
228 obviamente teriam dificuldades com relação aos investimentos nas ações propostas.
229 As ações apresentadas passariam por validação dos ministros e da presidenta Dilma
230 Rousseff. Lembrou que na Reunião Extraordinária o CONADE não conseguiu
231 sistematizar um documento com ações e isso tinha que ser reconhecido. Em seguida o
232 presidente Moisés Bauer Luiz informou que na reunião do dia seguinte não estaria
233 presente, pois estaria participando de reunião junto à Casa Civil justamente para pautar
234 ações de acompanhamento e monitoramento do Plano. Reiterou que o que vinha pela

235 frente era muito trabalho, por isso era extremamente importante que conseguissem
236 fazer o Plano chegar a todas as pessoas com deficiência. Destacou que como
237 presidente do Conselho faria sua parte, mas precisaria de maior ajuste de trabalho e
238 entendimento entre todos. Lembrou que o CONADE teve acesso às informações do
239 Plano no dia do seu lançamento pela manhã, não teve tempo de conhecer
240 inteiramente, porém, sabia que era um plano muito bom, extraordinário, mas era
241 preciso o diálogo e melhor metodologia a partir daquele momento. O conselheiro
242 Márcio Castro Aguiar reiterou sua solicitação de criação da Comissão de
243 Acompanhamento e Monitoramento do Plano. O conselheiro Antônio José do
244 Nascimento Ferreira reiterou a solicitação de acordo na implementação e aprovação do
245 Plano pelo CONADE. Com relação à proposta de criação de Comissão de
246 Acompanhamento e Monitoramento do Plano, o presidente achou por bem deixar
247 discussões a respeito para a próxima reunião plenária do Conselho, visto que havia
248 possibilidade de participação do CONADE em algum Comitê Gestor do Plano. Na
249 sequência o presidente agradeceu as contribuições de todos e suspendeu os trabalhos,
250 informou que a parte da tarde da reunião seria presidida pelo vice-presidente do
251 Conselho devido sua ausência e que começariam pelo relatório da Comissão de Atos
252 Normativos. **Apresentação do Mecanismo de Revisão Periódica Universal –**
253 **Assessoria Internacional da SDH.** O senhor Fábio Balestro Floriano iniciou saudando
254 e agradecendo a todos pelo espaço concedido naquela reunião. Reiterou que faria uma
255 breve exposição acerca do Relatório do Mecanismo de Revisão Periódico Universal do
256 Conselho de Direitos Humanos nas Nações Unidas. Esclareceu que o mecanismo foi
257 inaugurado junto ao novo Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas no ano
258 de 2006, e constituía em um relatório quadrienal onde os países dos membros do
259 Conselho apresentavam recomendações uns aos outros e que o Brasil estava entrando
260 no segundo ciclo do mecanismo de revisão. Informou que o Brasil era um dos primeiros
261 países a apresentar o seu relatório ao segundo ciclo. Esclareceu que o relatório tinha
262 um formato absolutamente definido e que não admitia anexo, era um relatório
263 composto de 20 páginas e que buscava tratar de todas as questões relativas a direitos
264 humanos no Brasil. E que a Secretaria de Direitos Humanos e o Ministério das
265 Relações Exteriores já trabalhavam com um cronograma para a elaboração do
266 relatório. Destacou que o relatório estava sendo elaborado com base essencialmente
267 nas 15 recomendações que o Estado Brasileiro recebeu ao final do primeiro ciclo.
268 Informou que já havia desde o dia 25 de novembro do ano corrente, um primeiro
269 esboço do relatório que estaria à disposição para consulta pública através do sítio

270 eletrônico da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República e do site
271 oficial do consulta pública do Governo Federal, do Ministério do Planejamento
272 Orçamento e Gestão, permanecendo até o dia 12 de dezembro. Antes do
273 encerramento da consulta pública haveria a realização de uma audiência pública no
274 Senado Federal, na Comissão de Direitos Humanos, para tratar das contribuições
275 vindas de fora da estrutura que estava elaborando o relatório e a partir disso criar a
276 versão final e submeter ao Conselho de Direitos Humanos das Nações Unidas em maio
277 do ano de 2012. Encerrou o relatório se colocando à disposição para debates e
278 discussões a respeito do tema. O conselheiro Márcio Castro Aguiar lamentou a
279 exiguidade de tempo para contribuições. O Sr. Fábio Balestro esclareceu que após
280 tempo de consulta no site da SDH seu departamento ainda receberia contribuições.
281 Não havendo inscrições para questionamentos o vice-presidente, Antônio José do
282 Nascimento Ferreira, agradeceu a disponibilidade do Sr. Fábio Balestro Floriano e
283 encerrou o ponto de pauta, passando imediatamente aos Relatórios das Comissões.
284 **Informes da Comissão de Atos Normativos/CAN.** O Conselheiro Joaquim Santana
285 Neto iniciou pelo processo CAN 333/2011, ofício da Procuradoria da República de
286 Pelotas/RS, que tratava da regulamentação de condições de acessibilidade para
287 deficientes visuais em entidades de ensino, especificamente na Faculdade Anhanguera
288 daquele Estado, questionando o entendimento do CONADE quais resoluções, leis,
289 portarias, normas técnicas mínimas de acessibilidade as quais Instituições de Ensino
290 Superior/IES teriam que disponibilizar para os alunos com deficiência. O conselheiro
291 informou que a Comissão procurou subsídios na Convenção da ONU, notadamente
292 nos seus Artigos 09 e 24 que versavam respectivamente sobre acessibilidade e
293 educação; Lei de Diretrizes e Bases de Educação, Art. 45; Constituição Federal Art.
294 209, Inciso I; Decreto 3.298/99; Portaria do MEC 3.284/03. No ofício já mencionado
295 constava um segundo questionamento, se o CONADE já teria recebido alguma
296 denúncia do não atendimento por parte da faculdade Anhanguera na questão da
297 acessibilidade Despacho: Envio por escrito ao solicitante das regulamentações; e
298 recomendação ao CONADE que oficiasse a Procuradoria Geral de Pelotas solicitando
299 efetivação da comunicação à faculdade, bem como às outras entidades de ensino do
300 Estado acerca da assistência educacional à pessoa com deficiência, que deveria
301 atender os requisitos previstos na Portaria MEC 3.284/03, na Lei de Diretrizes e Bases,
302 Lei número 9.384, na Constituição Federal, visto tratar-se de condição para
303 credenciamento e reconhecimento de curso pelo Ministério da Educação/MEC. CAN
304 342/2011, consulta do Sr. Sócrates Gambiarra, sobre possibilidade de participação em

305 concurso público na qualidade de deficiente auditivo, com certificado emitido conforme
306 parâmetros contidos em lei anterior, Decreto 3298/99 que teve modificação no seu
307 Artigo 4º pelo Decreto 5.396/2004. Despacho: sugere responder ao consulente
308 encaminhando o parecer da Comissão contendo regulamentação sobre o assunto em
309 questão, que prevê direito ao consulente de concorrer à vaga destinada a deficiente em
310 concurso público. O conselheiro José Carlos de Oliveira relatou os dois próximos
311 processos da Comissão. CAN 268/2010, inclusão do PL 382 aos deficientes unilaterais,
312 pelo Sr. Alexandre Costa. Encaminhar ofício ao demandante especificando o valor legal
313 da resolução nº 17/2003 do CONADE, especificando caracterização da deficiência
314 unilateral com o número de CID e informando ao demandante a necessidade de laudo
315 médico para comparar e comprovar a legitimidade da deficiência. CAN 341/2011.
316 Denúncia sobre inexistência de requisitos de acessibilidade no Rock In Rio e reclama
317 sobre a falta de respeito com a pessoa com deficiência, mensagem enviada ao
318 CONADE pela Sra. Ana Kelly de Melo Oliveira. Despacho: encaminhar ofício à
319 prefeitura e ao Ministério Público do Rio de Janeiro para verificar veracidade da
320 denúncia, a fim de que tomassem as devidas providências para as próximas edições
321 do evento. O conselheiro Marcos Cordeiro de Souza Bandeira questionou o mérito do
322 parecer sobre deficiência auditiva unilateral, visto que o a pessoa com deficiência
323 auditiva bilateral era muito mais comprometido que o auditivo unilateral, não deveria
324 haver comparação e nem concorrência em iguais condições. O conselheiro Joaquim
325 Santana Neto esclareceu que o demandante era deficiente bilateral e que o
326 entendimento do Sr. Marcos Cordeiro de Souza Bandeira estava equivocado. Colocado
327 em votação os pareceres da Comissão de Atos Normativos, os mesmos foram
328 aprovados com abstenção do conselheiro Marcio Castro Aguiar que justificou dizendo
329 que se não existia relatório, não caberia aprovação somente de parecer. Com relação a
330 um relatório mais sucinto, este deveria ser entregue na reunião do dia seguinte.
331 Proposição essa do vice-presidente do conselho, Antônio José do Nascimento Ferreira.
332 **Comitê Paraolímpico.** O Sr. Mizael Conrado de Oliveira explicou que os jogos
333 paraolímpicos era um evento continental unindo as Américas. Realizado em 2011 sua
334 quarta edição. Os jogos vinham crescendo desde 1999, deixando um legado muito
335 importante e tornando os próximos países a realizar a competição, mais responsáveis
336 com o tema. Lembrou que o Brasil era uma das cinco potências de promessa de muitas
337 medalhas nos jogos que aconteceriam no Rio de Janeiro em 2016, pois totalizava nos
338 jogos 197 medalhas, entre ouro, prata e bronze. Ressaltou que o Brasil é o país que
339 mais ganhou medalhas de todos os tipos nos jogos. Que uma das preocupações do

340 Comitê era oportunizar a participação de maior qualidade das pessoas, principalmente
341 a delegação de mulheres com deficiência, pois estas somavam 25% dos atletas do
342 Para Pan, sendo também 20% de atletas com menos de 21 anos. Quanto à
343 transmissão dos jogos de Londres comemorou que já estava tudo encaminhado e
344 esperavam ter transmissão de todos os eventos do Para Pan Olímpico, e que um
345 grande canal de TV comprou a exclusividade de transmissão, mas como novidade o
346 contrato de compra exigia um mínimo de transmissão em canal aberto. O vice-
347 presidente agradeceu ao representante do Comitê Paraolímpico e abriu a palavra às
348 indagações dos conselheiros a respeito do que havia sido colocado. O conselheiro
349 Ricardo de Oliveira Pedroso parabenizou o Comitê Paraolímpico pelas ações e
350 iniciativas. Em nome da SNPD o Sr. Antônio José do Nascimento Ferreira também
351 agradeceu as ações, iniciativas e dedicação com que o Comitê Paraolímpico
352 trabalhava. Lembrou da assinatura do Termo de Cooperação Técnica com o Comitê
353 Paraolímpico no ano de 2011. O conselheiro Márcio Castro Aguiar também
354 parabenizou o Comitê Paraolímpico pelas conquistas no Parapan-americano, que teve
355 resultados muito mais expressivos que o Pan-americano Olímpico. Ponderou que nada
356 disso teria acontecido não fosse o trabalho e dedicação do Comitê e as oportunidades
357 que o Governo Federal através do Ministério dos Esportes dava aos atletas
358 paraolímpicos. Palavras reiteradas pelo conselheiro Raimundo José Rodrigues
359 Monteiro, que lamentou a não transmissão dos jogos pela TV aberta. Ao passo que o
360 Sr. Mizaél Conrado agradeceu a oportunidade dada pelo Conselho e colocou o Comitê
361 Paraolímpico à disposição do CONADE. **Informes da Comissão de Comunicação**
362 **Social/CCS.** O conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné informou que em reunião
363 realizada em 14 de dezembro a CCS analisou os seguintes processos: Processos em
364 andamento CCS nº 072/2006. Registro da marca acessibilidade, verificação da
365 efetivação do registro da marca do Instituto Nacional de Propriedade Industrial/INPI.
366 Encaminhamento: Processo reaberto uma vez que não foi localizado documento que
367 comprovasse registro. O último documento arquivado ofício 01/2009 INPI/DIR/MA, de
368 15 de abril de 2009, de forma que o pedido foi depositado em 08/08/2008, e que a área
369 técnica, estava dando tratamento ao processo. Seria feita pesquisa no site do INPI para
370 verificar se o registro foi efetivado e caso negativo seria enviado ofício para o INPI
371 pedindo informações. CCS nº 02/2010, proposta de participação da Campanha da
372 Acessibilidade no Circo de Marcos Frota em 18 de dezembro, na Campanha Somos
373 Todos Brasileiros. Encaminhamento: Reaberto como processo CCS 08/2011,
374 planejamento das ações da Campanha de Acessibilidade. Encaminhamento:

375 participação em 2012. 1. De todas as Conferências Estaduais com palestras sobre a
376 Campanha de Acessibilidade e distribuição de material de divulgação, como principal
377 ação. 2. Participação na REATEC em São Paulo, no mês de abril. 3. Participação na
378 REASSES no mês de junho. 4. Participação na Marcha dos Prefeitos em Brasília no
379 mês de maio. 5. Outros eventos para os quais o CONADE pudesse ser convidado após
380 aprovação em Plenária e averiguada disponibilidade do Conselho. Material de
381 divulgação necessário para realização e participação nos eventos do ano de 2012: 1.
382 Produção de novo filme da Campanha em formato acessível; 2. Produção do
383 Bandeirão da Acessibilidade em vários tamanhos, visto que o CONADE só possuía um
384 que apenas servia para eventos grandes; 3. Produção de camisetas, faixas, banner,
385 folders e cartazes, material apresentado sem quantificar, a espera de um trabalho
386 técnico da SDH/PR elencando possibilidades. CONADE Informa: na edição de
387 dezembro seriam noticiadas informações sobre a 76ª e 77ª Reuniões do CONADE; o
388 lançamento do Plano Nacional para Pessoas com Deficiência. Relatório do GT DA Lei
389 de Criação do CONADE. Análise da Minuta de regularização do decreto de criação do
390 CONADE. Relatório enviado aos conselheiros com análise de cada artigo e justificativa
391 de mudanças. O conselheiro Isaías Dias questionou a respeito do marca texto utilizado
392 na FLIPORTO que teve alteração na Logomarca da Campanha da Acessibilidade e que
393 a marca usada só fazia alusão à deficiência visual. O conselheiro Raimundo José
394 Rodrigues Monteiro solicitou que não produzissem Bandeirões pequenos demais, que
395 ponderassem o tamanho e que acima de tudo dessem visibilidade à palavra
396 Acessibilidade. O conselheiro Roberto Paulo do Vale Tiné esclareceu o material
397 questionado pelo senhor Isaías Dias descrevendo o marca texto em questão e
398 explicando cada desenho contido. Ao conselheiro Raimundo José Rodrigues Monteiro
399 esclareceu que seriam feitos Bandeirões menores e que atentariam para a sugestão de
400 visibilidade da palavra Acessibilidade. O conselheiro Isaías Dias replicou dizendo que
401 continuava com a mesma opinião colocada, que o marca texto contemplava apenas os
402 deficientes visuais, solicitou que fosse registrado o seu protesto quanto à alteração da
403 logomarca. A coordenadora-geral do CONADE, Sra. Laíssa Costa ponderou que o
404 material não era nenhuma homenagem ao presidente e vice-presidente do CONADE,
405 foi um material que passou pela Presidência Ampliada e pela CCS e foi distribuído a
406 mais de 80.000 pessoas no FLIPORTO, e ninguém teve a opinião do conselheiro Isaías
407 Dias. Colocado em votação o relatório foi aprovado com abstenção do conselheiro
408 Isaías Dias. **Informes da Comissão de Articulação de Conselhos.** O conselheiro
409 Evangel Vale dos Santos Junior informou sobre o relatório de Encontros Estaduais.

410 Ressaltou que a CAC participou de diversos encontros regionais e faria uma visão
411 geral das conclusões tiradas pela Comissão em tais encontros. Informou sobre
412 Encontros na região sul, em Pernambuco e Recife, onde representantes de Conselhos
413 Estaduais e Municipais puderam debater a necessidade de uma rede institucional onde
414 todos poderiam receber informações emanadas do Conselho e situações que
415 precisavam de suporte. Necessidade de curso de formação que pudesse contemplar
416 capacitação de conselhos. Maior participação dos prefeitos das regiões. Fomento à
417 criação de fóruns territoriais possibilitando integração entre municípios que não
418 possuíam conselhos. Necessidade de criação de fóruns regionais. Formação de três
419 comissões que elaborariam propostas de regimento dos fóruns e composição de
420 coordenação. Em fortaleza, formação de comissão para que o Fórum de Conselhos
421 Estaduais constituísse seu regimento. Retirado dos Encontros 22 dúvidas levadas ao
422 CONADE a fim de repassar a quem direito. O Sr. Hugo Nister elencou as dúvidas.
423 Após, o conselheiro Evangel Vale dos Santos Junior ponderou que as dúvidas
424 representavam um indicador de como andavam os trabalhos regionais e era preciso
425 urgentemente que fossem levadas capacitações visando a melhoria das atuações. O
426 vice-presidente parabenizou a participação da CAC nos quatro encontros e da maneira
427 organizada e parceirizada em que o CONADE conseguiu realizar os encontros. O
428 conselheiro Raimundo José Monteiro, também parabenizou. A conselheira Ester Alves
429 Pacheco colocou o Estado de Goiás à disposição para sediar a realização do Encontro
430 da região Centro Oeste, o que foi comemorado por todos. O conselheiro Márcio de
431 Castro Aguiar parabenizou a CAC pela ação, visto a responsabilidade de suma
432 importância e tão estratégica quanto articulação com outros Conselhos e
433 principalmente pelo que se podia concluir com as 22 dúvidas elencadas e que foram
434 tiradas quando da realização dos Encontros. Com isto, o relatório foi posto em regime
435 de votação. Não havendo manifestação contrária, o relatório da comissão foi aprovado
436 por unanimidade. Em seguida, como acordado o conselheiro Joaquim Santana Neto,
437 leu o relatório faltante no relatório da Comissão de Atos Normativos para que houvesse
438 aprovação. O Sr. Antônio José do Nascimento Ferreira em seguida informou que
439 conforme solicitação da Presidência Ampliada, o governo se reuniu no horário do
440 almoço trazia composição da Comissão que iria ajudar na Conferência. Ficou então, na
441 representação de governo o representante dos Conselhos Municipais Ricardo Pedroso,
442 a representante do MDS, a conselheira Elyria Bonetti Yoshida Credidio e a
443 representante do Ministério da Saúde, a conselheira Vera Mendes. Esclareceu que a
444 SDH/PR abria mão do assento na comissão para contemplar o Ministério da Saúde,

445 mas que estaria presente em todas as ações voltadas para a Conferência. Colocado
446 em votação o mesmo foi aprovado. Vencidos os pontos de pauta, o presidente Moisés
447 Bauer Luiz, agradeceu a todos, suspendeu aquele dia de reunião e marcou o horário
448 da reunião do dia seguinte.

449

450 **DIA 16 DE DEZEMBRO DE 2011**

451 **Reabertura.** Verificado o quórum por meio de chamada oral, o Presidente Moisés
452 Bauer Luiz reiniciou a reunião cumprimentado e agradecendo a presença de todos.

453 **Informes da Comissão de Políticas Públicas/CPP.** O Conselheiro Adnilson Marins dos
454 Santos solicitou que a conselheira Elyria apresentasse o relatório. A conselheira informou que
455 a reunião ocorreu dia 14 de dezembro de 2011. Informou que acharam por bem com relação
456 ao Programa Nacional da Pessoa com Deficiência – Viver sem Limites conhecer as políticas
457 públicas acerca da temática pessoa com deficiência. Elencou as leis, decretos que
458 regulamentam a Política Nacional da Pessoa com Deficiência. Fez um apanhado geral de
459 Programas, Projetos, tais como o Benefício de Prestação Continuada/BPC, voltados à pessoa
460 com deficiência. O presidente parabenizou o trabalho da Comissão, porém, achava que o
461 relatório vinha de maneira muito prolixa, solicitou que a conselheira fosse mais sucinta. Em
462 seguida a conselheira passou às recomendações da Comissão, a fim de concluir o relatório.
463 Informou que os processos daquela Comissão foram adiados para a próxima reunião, em
464 função das dificuldades que a Comissão teve na condução do relatório e ausência de
465 conselheiros na reunião. Lembrou que estava aberto o processo de adesão do BPC na Escola
466 nos municípios. Leu o texto elaborado pela Comissão que visava recomendação da referida
467 adesão e solicitou que os conselheiros fizessem considerações a respeito do texto para logo
468 em seguida ser aprovado. O conselheiro Márcio Aguiar sugeriu que como se tratava de uma
469 recomendação para os 5.000 municípios do Brasil e Estados, o texto só contemplava o termo
470 CONADE, não o significado da sigla. Recomendou que o significado fosse contemplado no
471 relatório. O que foi aceito pela Comissão. Em votação o relatório foi aprovado por unanimidade.

472 **Rio +20.** O Sr. Laudemar Aguiar informou que a partir do Decreto assinado pela
473 Presidente Dilma Rousseff foi criada a Comissão para o Rio + 20 que tratava dos
474 documentos e a posição brasileira sobre o Rio +20. Destacou que o Comitê Rio + 20
475 pretendia dar mais ênfase ao desenvolvimento sustentável, não só para a Conferência,
476 mas no sentido de fazer chegar a todas as pessoas a compreensão do que realmente
477 significava desenvolvimento sustentável. Destacou que o Brasil era um país
478 considerado referência em desenvolvimento econômico e conscientização ambiental.
479 Ressaltou que sustentabilidade, acessibilidade e conectividade eram os tripés da
480 Conferência Rio + 20, inclusive como forma de pressionar o Governo, responsável

481 maior pelas ações substantivas e de referência. Com relação à Conferência Rio + 20,
482 informou que seria realizada no espaço do Rio Centro, e pela primeira vez havia um
483 espaço a mais para a sociedade civil visando maior participação do segmento, além de
484 4 ou 5 espaços espalhados pelo Estado do Rio de Janeiro, reservados às suas
485 manifestações, sem esquecer que o Brasil também devia se manifestar paralelamente.
486 Com relação à acessibilidade, informou que concretamente trabalhavam no conceito de
487 acessibilidade, sustentabilidade e conectividade. Desejavam a não utilização de papel
488 na Conferência, porém, ainda discutiam a respeito do assunto. A ideia era abordar a
489 temática acessibilidade amplamente, mais equipamentos, maiores possibilidades
490 visando maior acessibilidade. Destacou que a conscientização também era muito
491 importante, e aproveitavam a Rio + 20 para realizar campanhas educativas, de
492 cidadania, respeito e solidariedade na visão da inclusão. Comemorou a informação que
493 o metrô do Rio de Janeiro, a partir de 2012, seria o primeiro metrô com mais de dez
494 anos no mundo a abarcar totalmente a acessibilidade. O objetivo maior do Comitê era
495 multiplicar a questão da acessibilidade tornando o país consciente da necessidade da
496 inclusão social e cidadã. Em relação à própria conferência era um desejo contratar
497 voluntários, pessoas com deficiência, em nível acima do exigido pela legislação e
498 exigência que entre funcionários das Nações Unidas que viessem participar da
499 Conferência tivesse também pessoas com deficiência. Colocou-se à disposição para
500 críticas, contribuições e sugestões. Agradeceu a todos. O Sr. João André informou que
501 seria aberto um período de solicitação de espaço dentro do Rio + 20 através de web
502 site. Aberta a palavra aos membros do Conselho o conselheiro Isaías Dias elogiou as
503 terminologias utilizadas pelo Sr. Laudemar Aguiar, ressaltou que pouco se via pessoas
504 que não possuíam deficiência utilizar-se tão bem das terminologias sobre
505 acessibilidade. Propôs que a reunião do CONADE do mês de junho acontecesse
506 dentro da Conferência do Rio + 20. Por fim parabenizou a organização, os conceitos
507 apresentados e sobre a expertise na temática acessibilidade. A conselheira Nadja
508 Glheuca da Silva Dutra parabenizou a iniciativa e desejou sucesso na empreitada. O
509 conselheiro Roberto Tiné sugeriu que fosse verificada a possibilidade de participação
510 da Campanha da Acessibilidade junto ao Rio +20. O que foi aprovado por todo o
511 Conselho. O conselheiro Evangel Vale dos Santos Junior qualificou como muito
512 interessante as palavras do Sr. Laudemar Aguiar. Reiterou a proposta do conselheiro
513 Isaías Dias de reunião do CONADE na Conferência Rio + 20. Questionou se os
514 critérios utilizados no site informado pelo Sr. João André fora construído de forma
515 acessível às pessoas com deficiência visual. De pronto o Sr. Laudemar Aguiar

516 respondeu positivamente. Quanto à proposta de reunião do CONADE na Conferência
517 ressaltou que seria de grande importância a viabilização da mesma. Disponibilizou-se
518 ainda a convidar a Organização das Nações Unidas/ONU, que estaria presente na
519 Conferência Rio + 20, a também participar da referida reunião. O conselheiro Márcio
520 Aguiar parabenizou a exposição. Destacou que era fundamental que o CONADE
521 participasse do Rio + 20 diretamente com a Campanha da Acessibilidade, por isso era
522 importante envolver, além da área governamental, os conselhos municipais e estaduais
523 do Rio de Janeiro e dos órgãos de controles que eram extremamente qualificados na
524 temática. O conselheiro Joaquim Santana Neto sugeriu que no evento houvesse o
525 engajamento das pessoas com deficiência, pois só elas conheciam seus próprios
526 problemas. E que o CONADE fosse efetivamente inserido no processo. A conselheira
527 Ana Lúcia da Silva agradeceu a presença dos representantes do Comitê Rio + 20
528 ressaltou que a Secretaria Nacional de Promoção dos Direitos da Pessoa com
529 Deficiência e a Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República/SDH/PR
530 estavam inteiramente à disposição para contribuir com a elaboração e realização da
531 Conferência Rio + 20. O presidente Moisés Bauer Luiz agradeceu a presença do
532 Comitê Rio + 20, naquela Plenária e reiterou a presença do CONADE na organização
533 da Conferência. **Informes da Comissão de Orçamento e Finanças/COF.** O
534 Conselheiro Isaías Dias informou que a Comissão de Orçamento e Finanças reuniu-se
535 no dia 14 de dezembro do corrente e analisou documentos solicitados conforme ata
536 aprovada na 76ª reunião do CONADE. Não houve informes devido ausência de
537 conselheiros na Reunião. Informou que a Comissão não recebeu nenhum documento e
538 não estava sendo informada sobre os expedientes relativos às matérias de sua
539 competência, bem como encaminhamentos pendentes. Propunha agendamento de
540 Reunião Extraordinária no mês janeiro do ano de 2012, entre a Comissão de
541 Orçamento e Finanças, a presidência do CONADE e a Secretaria Nacional de
542 Promoção dos Direitos da Pessoa com Deficiência/SNPD com intuito de solucionar as
543 dificuldades que a Comissão relatava nas reuniões do Conselho desde início daquele
544 mandato. A conselheira Ana Lúcia da Silva lembrou que o ano de 2011 foi um ano
545 atípico e que a SNPD havia apresentado à COF anteriormente todos os programas,
546 recursos e orçamento que possuíam. Destacou que a CGAP estava disposta a ajudar
547 na superação de todas as dificuldades. Sugeriu a realização de uma oficina com a COF
548 e demais conselheiros que quisessem se apropriar do assunto. O conselheiro Adnilson
549 Marins dos Santos lembrou que há muito tempo a COF vinha solicitando auxílio de
550 técnicos e profissionais na Comissão para poder dar continuidade às suas atividades.

551 Por isso era preciso estudar meios de solucionar e suprir as necessidades. Com isto,
552 colocado o relatório apresentado em votação, o mesmo foi aprovado por unanimidade.
553 **Informes dos Conselheiros sobre a participação nos eventos externos.** O
554 conselheiro Evangel Vale dos Santos Junior informou que representou o CONADE no
555 Encontro de Gestores em Porto Alegre, no dia 06 de dezembro de 2011. E em
556 Salvador, a convite da Prefeitura Municipal, para participar de comissão que construiu o
557 regimento eleitoral para implantação do Conselho Municipal de Salvador. Solicitou que
558 o CONADE elaborasse normatização e enviasse à Agência Nacional de Aviação
559 Civil/ANAC e INFRAERO quanto aos termos análogos à pessoa com deficiência. Dia
560 30 de Novembro. O conselheiro Márcio Aguiar informou que participou representando o
561 CONADE no 14ª Encontro de Conselhos em Goiânia. Nos dias 02, 03 e 04 de
562 dezembro, em Criciúma, no evento da Associação Sucatanense de Cegos onde
563 participou de palestra sobre inclusão de pessoas com deficiência. Também no 9ª
564 Fórum Municipal dos Direitos da Pessoa com Deficiência no Rio de Janeiro, realizado
565 pelo Conselho Municipal do Rio de Janeiro. O conselheiro José Alcides Marton
566 informou que participou juntamente com o Sr. Janilton Fernandes Lima, de uma
567 Comissão para analisar os projetos que foram enviados ao Prêmio Albertina Brasil de
568 Arte e Inclusão, do Ministério da Cultura. **Encerramento.** Sem pontos de pautas a
569 serem discutidos, o presidente, Moisés Luiz Bauer agradeceu a disposição de todos,
570 também a qualidade dos debates e encerrou a reunião desejando a todos um feliz natal
571 e um próspero ano novo.

572